



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES Acajutiba
- ESTADO DA BAHIA**

PARECER CONTÁBIL

Acajutiba- BA, 23 de dezembro de 2025. Do:

Setor de Contabilidade

compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, informamos acerca da existência de dotação orçamentária para custear despesas relativas ao ano de 2026 à prestação de serviços técnicos especializados na assessoria em Gestão Pública, dando suporte nas atividades parlamentares, processos administrativos, tenho a informa-lhe que:

- a) Existe previsão orçamentária para o valor da contratação e ela encontra-se reservada;
- b) A Dotação orçamentária para 2026:

Órgão:01 – CÂMARA MUNICIPAL DE ACAJUTIBA.

Unidade: câmara municipal

Função:01-legislativa

Sub função:031-ação legislativa.

Atividade/projeto :2001- gestão das ações administrativas da câmara.

Valor – R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Elemento de despesa: 3.3.9.0.35.0.0 -- Serviços de consultoria

Atenciosamente,

Setor de Contabilidade

PARECER JURÍDICO

I - RESUMO DOS FATOS

Trata-se o presente processo da realização de prorrogação do prazo de vigência do **contrato nº 003/2025**, por igual período, firmado entre a Câmara Municipal de Acajutiba e a empresa **SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **12.427.278/0001-29**.

A cópia do contrato nº 003/2025, firmado com base na **Lei nº 14.133/2021**, em 06 de janeiro de 2025, com vigência de 12 meses, traz como objeto: *“Prestação de serviços técnicos especializados na assessoria em Gestão Pública, dando suporte nas atividades parlamentares, processos administrativos, visando atender as necessidades da Câmara Municipal abrangendo: 1. Assegurar a transparência e a eficiência nas públicas da Câmara Municipal de Acajutiba- Bahia; 2. garantindo obrigações legais, na gestão dos recursos públicos, fortalecendo os princípios da eficiência bom funcionamento do legislativo Municipal; 3. Proporcionar suporte eficaz à Câmara Municipal, visando a otimização do planejamento e da gestão de recursos públicos”*.

Consta, ainda, manifestação da Câmara Municipal declarando a necessidade de renovação do contrato, bem como os serviços prestados foram avaliados de forma satisfatória, e questionando a prestadora o seu interesse na manutenção do mesmo.

Anexada, ainda, a resposta da empresa, sinalizando positivamente.

Compõem os autos, apenas os seguintes documentos: (i) cópia do contrato nº 003/2025, sem o extrato de publicação, que deve ser juntado; (ii) declaração da Câmara informando a necessidade de renovação do contrato e questionando a prestadora o seu interesse na manutenção do mesmo; (iii) resposta da empresa, sinalizando positivamente; (iv) certidões negativas de regularidade juntos às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Trabalhista e de FGTS.

O processo foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 19 de dezembro de 2025, para emissão de opinativo quanto à possibilidade jurídica de promover a prorrogação pretendida.

É o resumo.

II – MANIFESTAÇÃO

Inicialmente, convém destacar que compete a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, pois lhe cabe assessorar os gestores públicos no controle da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



Destarte, não lhe compete adentrar em aspectos relativos ao seu juízo discricionário, à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Deveras, ao estudo jurídico, não compete, na sua essência, o questionamento acerca de questões técnicas, a exemplo das informações trazidas (aqui consideradas como verdadeiras), bem como de especificação de itens e serviços.

A decisão sobre pontos como dimensionamento, necessidade, volume, quantidade e o alcance de dados técnicos são searas que, evidentemente, exorbitam os limites da análise técnicojurídica, razão pela qual não pode ser objeto de avaliação ou mesmo impugnação, constituindo-se qualquer juízo a este respeito, no máximo, uma mera circunstancia recomendatória.

Estas informações e garantias devem ser dadas pelo gestor da pasta e sua equipe, que possuem conhecimento técnico para tanto.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a situação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade, que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

Esclarecido este ponto, seguimos.

III – DO MÉRITO – Do Aditivo de Prazo

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 107, trata sobre a possibilidade de prorrogação de prazo de contratos que tenham por característica a prestação de serviços continuados:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Perceba que para a prorrogação do prazo deve restar caracterizada a execução dos serviços de forma contínua, bem como a vantajosidade de preços e condições para a Administração.

Pois bem.



No caso dos autos, a Câmara Municipal informa a necessidade de continuidade da prestação dos serviços, bem como atesta que o mesmo foi executado de forma satisfatória.

Constam no processo as certidões negativas junto as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, além da Trabalhista e FGTS da contratada, a fim de demonstrar a manutenção das condições de contratação.

Anexada, também, a certidão negativa de concordata, falência e recuperação judicial e extrajudicial.

Presente nos autos o aceite da empresa em relação à prorrogação do prazo.

A despeito dos instrumentos já carreados, o processo ainda carece da juntada de mais alguns documentos, para o regular prosseguimento do feito e preenchimento dos requisitos legais:

- a) demonstração da manutenção da vantajosidade do preço contratado;
- b) justificativa para a prorrogação, inclusive no que diz respeito ao prazo, e declaração de que o serviço que se pretende prorrogar é de natureza continuada e, portanto, indispensável para dar continuidade aos trabalhos na Administração Pública;
- c) a declaração de compatibilidade orçamentária;
- d) verificação e atesto pelo setor responsável da manutenção das condições de habilitação;
- f) autorização da autoridade competente para celebração do ajuste.

A intenção de prorrogação de prazo é tempestiva, tendo em vista que a vigência do contrato esta prevista até o dia 06 de janeiro de 2026, conforme estabelecido Instrumento Contratual.

A minuta do aditivo não foi disponibilizada para apreciação.

Por fim, deve, ainda, ser procedida a numeração das páginas dos autos e verificada a vigência das certidões negativas no ato da eventual prorrogação, vez que as mesmas podem vencer no curso do processo.

IV - CONCLUSÃO

Ante o exposto, desde que observadas às disposições legais e observadas as considerações realizadas ao longo deste opinativo, poderá a Administração estar diante da **possibilidade jurídica** de realização do aditivo de prazo pleiteado.

Posto isso, cumpre à autoridade competente, na forma prescrita em lei, avaliar o pretendido ato, de maneira justificada e fundamentada, em face das informações constantes dos autos.



Ressalte-se, mais uma vez, por fim, que esta Assessoria emite opinião sob o prisma estritamente **jurídico**, se atendo às questões jurídicas, observadas no processo, nos documentos disponibilizados e nas informações constantes até o presente momento nos autos, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, financeiro ou orçamentário, além disso, este parecer é de caráter meramente **opinativo**, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011).

Como diz JUSTEN FILHO (2014. p. 689) *“o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica, ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão”*.

É o nosso entendimento, **S.M.J.**

Salvador, 22 de dezembro de 2025.



Tadeu Oliveira de Almeida
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Acajutiba - Estado da Bahia

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2025 para prorrogação de prazo celebrado entre a Câmara de Vereadores de Acajutiba e a empresa **SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA.**

CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE ACAJUTIBA, órgão da pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.559.953/0001 -94, com sede na Praça Aquinoel Borges, s/n, Centro, CEP 48.360-000, Acajutiba-Bahia, representado neste ato por seu Presidente, Sr. **JOÃO ALVES DE SOUZA NETO**, denominado **CONTRATANTE** a empresa **SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA**, com sede em Travessa Almeida Sampaio, nº61, Centro, 45300-00, Amargosa-BA, inscrita no CNPJ/MF Nº12.427.278/0001-29, doravante representada pela Sr.^a **Pollyanna Silveira**, portadora do CPF nº 796.846.025-53, denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o primeiro termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas:

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato de prestação de serviços técnicos especializados na assessoria em Gestão Pública, dando suporte nas atividades parlamentares, processos administrativos, amparado pelo processo administrativo nº**003/2025** na Modalidade de inexigibilidade nº **003/2025**, tendo em vista o contido no contrato nº**003/2025**.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto do presente termo aditivo consiste em:

1.1.1 Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 O prazo do presente Termo Aditivo será de 12 (doze) meses, ou seja, de **01/01/2026** a **31/12/2026**, podendo, ainda, serem feitas novas prorrogações por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observadas a Lei nº 14.133/2021 é o artigo 107, inciso I.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 A **CONTRATANTE** pagará, pelos serviços constantes no objeto do contrato, o valor total de O valor global do presente contrato é de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) divididos em 12 parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

4 - CLÁUSULA QUARTA: DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 As despesas decorrentes deste contrato/termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

- Unidade 01.01 Câmara Municipal de Acajutiba
- Projeto de Atividade: 2.001 – Manutenção das Ações da Câmara de Vereadores
- Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35.0.0 – Serviços de consultoria;

Praça Aquinoel Borges, S/N, Centro, Acajutiba-BA - CEP 48.360-000

cma.poderlegislativo@hotmail.com

Fone/Fax (75) 3434-2332



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Acajutiba - Estado da Bahia

➤ Fonte de Recurso: 00- Recursos Ordinários;

5 - CLÁUSULA SEXTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas no contrato inicial.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios provenientes da interpretação e/ou da execução do presente instrumento.

5.3 E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Prorrogação Contratual lavrada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinada pelas partes e testemunhas abaixo.

Acajutiba, BA, 30 de dezembro de 2025

JOÃO ALVES DE SOUZA NETO

Presidente da Câmara de vereadores de Acajutiba.

SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA

Pollyanna Silveira Ataíde



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Acajutiba - Estado da Bahia
Gabinete do Presidente

Of. 303.25

Acajutiba – BA, 17 de dezembro de 2025

À

Empresa **SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA**
CNPJ: 12.427.278/0001-29

ASSUNTO: Manifestação de interesse na continuidade e renovação contratual

Prezado Senhor,

A Câmara Municipal de Acajutiba – Bahia, por meio de seu Presidente, vem, respeitosamente, informar que o Contrato nº 003/2025, firmado com essa empresa, referente à prestação de serviços técnicos especializados na assessoria em Gestão Pública, dando suporte nas atividades parlamentares, processos administrativos, encontra-se com término de vigência previsto para dezembro de 2025.

Registramos que os serviços prestados por essa empresa foram avaliados de forma satisfatória, atendendo às necessidades desta Casa Legislativa e contribuindo para o regular funcionamento das atividades administrativas.

Diante da necessidade de continuidade dos serviços e visando instruir o processo administrativo, solicitamos que essa empresa manifeste formalmente o interesse ou não na renovação do referido contrato, observadas as condições contratuais vigentes e a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021.

A manifestação deverá ser encaminhada para esta Casa Legislativa, em papel timbrado da empresa, com certidões atualizadas, assinada por seu representante legal, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento deste ofício.

Ressaltamos que a presente comunicação não gera direito adquirido à renovação contratual, ficando está condicionada à conveniência e oportunidade da Administração Pública, à vantajosidade, à disponibilidade orçamentária e ao atendimento dos requisitos legais. Atenciosamente,


João Alves de Souza Neto
Presidente

Praça Aquinoel Borges, nº sn – Centro - Acajutiba-BA cma.acajutiba@hotmail.com



Amargosa - BA, 17 de dezembro de 2025.

Câmara Municipal de Vereadores de Acajutiba – BA

Exmo. Sr(a). Presidente

Assunto: Resposta - Manifestação de interesse na continuidade e renovação contratual

A Silveira Silveira Contadores Associados Ltda., inscrita no CNPJ nº 12.427.278/0001-29, sediado na cidade de Amargosa – BA, representado, neste ato, pela sua sócia, a Sra. Pollyanna Silveira Ataíde, CRC/BA 26.588, considerando a proximidade do fim da vigência do Contrato Administrativo nº 003/2025, bem como intenção desta Casa Legislativa na prorrogação do mesmo, vem, por meio desta, manifestar interesse em sua renovação, para, assim, dar continuidade ao objeto do contrato firmado, mantendo as mesmas cláusulas e condições contratuais existentes no Termo Aditivo a ser elaborado, ressaltando o direito a aplicação de reajuste contratual, após completados 12 meses da prestação do serviço.

Oportunamente, em anexo, seguem as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, além da negativa de concordata, falência, recuperação judicial e extrajudicial.

Saudações Cordiais,

Inovar Assessoria Municipal

Pollyanna Silveira Ataíde

Sócia / Contadora – CRC BA 026588/O-0



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 01049845E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de 17/12/2025, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA

CNPJ: 12.427.278/0001-29

Endereço: AVENIDA ACM, 243, CENTRO, CEP: 45.300-00, AMARGOSA-BA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, quarta-feira, 17 de dezembro de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
TRABALHISTAS**

Nome: SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.427.278/0001-29

Certidão nº: 36655918/2025

Expedição: 30 /06/2025, às 08:45:21 Validade: 27 /12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.427.278/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão

de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: ondt@stj.jus.br



SECRETARIA DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: **20256372437**

RAZÃO SOCIAL	
SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	12.427.278/0001-29

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 17/12/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
CNPJ: 12.427.278/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:27:59 do dia 26/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/02/2026.

Código de controle da certidão: **3D67.DC0B.5DCF.17B3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Município de Amargosa
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

PRAÇA LOURIVAL MONTE, 001

CENTRO - AMARGOSA - BA CEP: 45300-000

CNPJ: 13.825.484/0001-50

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 001185/2025.E

Nome/Razão Social: **SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA**

Nome Fantasia: **INOVAR**

Inscrição Municipal: **000.004.800/005-63** CPF/CNPJ: **12.427.278/0001-29**

Endereço: **TRAVESSA ALMEIDA SAMPAIO, 61**
CENTRO AMARGOSA - BA CEP: 45300-000

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

*

*

* *****

Esta certidão foi emitida em _____ com base no Código **16/12/2025** Tributário Municipal.

Certidão válida até: **14/02/2026**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **3600011826830000004786060001185202512167**

F8BBB8F0B6519C10FA4A924C425289C880F8BBB8F
E2AAA2E0A5B864F02D24FC3920B069BD60E2AAA2E
888A50 A4DA4F41B1F2DC4D9617F8AAE4FE55DCA3D
F48673A5A0CFC21A74C11F1498C54C4F20620BCFE
8 FE7C7AE69F4FB3E26C8F1954B9733E0BF0FA 5180
13 AF0EA8FD0AE98C32F18E3EA71A9AEC7CC7C6CAD
BFE46BA52C00FADD7C471488C6EC4A672253206EB
AC7B73A16DC274E11947C2BF5682F3A1B5158F388
3 AA2A2B8C83E06494DE5485F81A9CEEEF8A8F9CA 1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.427.278/0001-29
Razão Social: SILVEIRA SILVEIRA CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
Endereço: TRA ALMEIDA SAMPAIO 61 / CENTRO / AMARGOSA / BA / 45300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/12/2025 a 04/01/2026

Certificação Número: 2025120601521723758192

Informação obtida em 15/12/2025 10:11:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br